

**Parecer nº 74/98**

Data: 1998.07.08

Processo nº 397

**Reclamante:** Domingos José Fernandes Fevereiro

**Entidade Reclamada:** Comissão Nacional de Protecção de Dados Pessoais Informatizados

1. Domingos José Fernandes Fevereiro, identificado no processo, actualmente recluso no Estabelecimento Prisional Regional de Monção, apresentou à Comissão Nacional de Protecção de Dados Pessoais Informatizados (CNPDPPI), em 8 de Maio de 1998, um requerimento onde solicitava o seguinte:
  - a) A reprodução, através de fotocópia, de determinadas leis, decretos-lei, decretos-regulamentares e resoluções da Assembleia da República, que identificou, do Regulamento dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da CNPDPI, do Relatório de Actividades relativo ao ano de 1996 (ou envio de um exemplar), bem como de todos os decretos regulamentares das bases de dados de entidades públicas (não especificadas) e demais actos legislativos e/ou administrativos emanados de entidades supranacionais e nacionais relacionados com a protecção de dados pessoais informatizados e criminalidade informática;
  - b) Mais requereu a isenção de pagamento na reprodução e envio das solicitadas cópias ao abrigo do Art. 11º do Código de Procedimento Administrativo.
2. Em 21/05/98 o reclamante foi notificado do indeferimento do pedido, com base na doutrina do Parecer desta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) de 13/05/98 (salvo quanto ao Relatório de Actividades da CNPDPI de 1996, de que lhe foi remetido um exemplar), tendo-se-lhe respondido, em resumo, que as fotocópias de diplomas legais, como actos sujeitos a publicação no Diário da

República e como tal disponíveis, não constituem documentos administrativos, pelo que não se encontram dentro do âmbito de aplicação da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos, mais concluindo que só podem ser facultadas fotocópias dos actos da administração pública sujeitos a publicação se a entidade os detiver.

3. O reclamante vem ao abrigo dos artigos. 15º, nº 4 e 16º, nº 1 da Lei nº 65/93, de 26/08, apresentar reclamação, fundamentando em resumo que o assim invocado Parecer da CADA só poderá ter sido o proferido no Processo nº 323 desta Comissão, no qual o reclamante detém a mesma qualidade, mas que, no seu entender, não poderá ser considerado fora da reclamação que o motivou, pelo que não tem aplicação no pedido indeferido objecto da presente reclamação.
4. A presente reclamação foi apresentada dentro do prazo legal nos termos do nº 1 do art. 16º da Lei de Acesso Aos Documentos Administrativos (LADA).
5. A publicidade dos actos normativos apresenta-se como princípio fundamental no Estado de Direito Democrático, que exige o seu conhecimento por parte dos cidadãos e proíbe actos normativos secretos, contra os quais eles estariam inibidos de se defender (cfr. art. 119º/2 da C.R.P.). Publicidade em sentido amplo é qualquer forma de comunicação dos actos do poder público dotada de eficácia externa ( v.g. através de ordens de serviços, avisos, etc).

As leis, decretos-lei e decretos regulamentares são actos normativos que, tal como as resoluções da Assembleia da República, têm que ser publicadas na 1ª série do Diário da República, sob pena de ineficácia, como dispõem os artigos 112º, nº1 e 7, e 119º, nº 1, alínea c), e) e h), e 2, da C.R.P., e 3º, nº 2, alíneas c) e e), e 3, alínea a), da Lei nº 6/83, de 29 de Julho, na redacção do decreto-lei nº 1/91, de 2 de Janeiro. Essa publicação é hoje também acessível através da Internet.

6. Em face destes princípios, é doutrina da CADA que tais actos solenes do Poder Central, assim obrigatoriamente objecto de divulgação e publicação imediatas e de fácil acesso, não estão abrangidos pelas regras de acesso impostas à Administração pela LADA. Diferente seria a solução se estivessem integrados em qualquer processo administrativo: nesse caso não haveria razão para os excluir de tal acesso.

Assim, não é de sufragar a pretensão do reclamante de obter fotocópia de leis, decretos-lei, decretos regulamentares e resoluções da Assembleia da República.

7. O reclamante solicita ainda a reprodução, por fotocópia, de todos os decretos regulamentares das bases de dados de entidades públicas, que não especifica, e demais actos legislativos e/ou administrativos emanados de entidades supranacionais e nacionais relacionados com a protecção de dados pessoais informatizados e criminalidade informática. Neste domínio a CADA reitera a doutrina proferida no proc. nº 323, ou seja, o reclamante só terá direito de acesso a lista de onde constem as informações solicitadas, se elas existirem e a entidade reclamada as detiver. Designadamente, não está a Administração obrigada a proceder a estudos e investigação com vista a identificar e listar os actos normativos e/ou administrativos que as entidades nacionais e/ou supranacionais hajam proferido sobre bases de dados do sector público, sobre protecção de dados pessoais informatizados ou sobre a criminalidade informática.
8. Quanto ao Regulamento dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da entidade reclamada, que foi aprovado pela Resolução da Assembleia da República nº 53/94, está publicado no Diário da República I Série-A, nº 191, de 19 de Agosto. Como tal, reitera-se a doutrina exposta no nº 6 do presente parecer.

Do exposto se extraem as seguintes conclusões:

- 1ª A LADA não impõe à CNPDPI que, a pedido de um cidadão, lhe forneça informação sobre o quadro legal e cópia do respectivo conteúdo.

- 2<sup>a</sup> O reclamante só terá direito de acesso a listas de onde constem as informações solicitadas, se elas existirem e a CNPDPI as detiver, reiterando-se a doutrina do Parecer da CADA, proferido em 13 de Maio de 1998, no processo nº 323.
- 3<sup>a</sup> Quanto ao pedido de reprodução do Regulamento dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da CNPDPI, aprovado por Resolução da Assembleia da República e como tal publicado na I Série do Diário da República, aplica-se-lhe a doutrina da primeira destas conclusões.

Lisboa, 8 de Julho de 1998.

*Silva Marques (Relator) – José Magalhães – João Figueiredo – Francisco de Brito -José Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos - Branca do Amaral – João Labescat - Castro Martins (Presidente)*